

# 1 CONTEXTO ATUAL – NECESSIDADE DE TRANSFORMAR A ESCOLA

**D**e onde vem e para onde vai a escola? Esta é a pergunta que guia o presente capítulo na argumentação sobre a necessidade de transformação das práticas escolares e de sua relação com a comunidade.

A escola que herdamos e que reconhecemos como escola é originária do século XIX, reformulada a partir do advento da revolução industrial. Ela passou, a partir deste advento, a ter a função de formar as novas gerações para o mundo do trabalho e para viverem num modelo de organização social urbana.<sup>18</sup> Do final do século XIX e ao longo das décadas do século XX, de maneira desigual, constituíram-se e estenderam-se os sistemas educacionais estatais pelo mundo, dando à escola o feitio que dela conhecemos até pouco tempo: fonte quase que exclusiva de difusão de conhecimento sistematizado e letrado, tendo na professora e no professor seus transmissores. A escola foi responsável pela formação dos indivíduos para se entenderem como membros de uma nação, numa organização institucional hierárquica e monocultural.

Mais recentemente, fins do século XX, os constantes conflitos intramuros e os altos índices de não aprendizagem dos conteúdos escolares, pelas crianças e jovens, denunciam a inoperância do trabalho da escola, pautado nos seus antigos pressupostos. Isto remete a se considerar que o trabalho da instituição, tal qual vinha sendo entendido e realizado, já não atende a demandas e nem a anseios. Assim, é preciso transformar a escola.

Mas, afinal, o que vem ocorrendo?

A discussão sobre a necessidade de mudanças no sistema educacional e na vida das escolas sempre tem sentido social, sendo equivocada e inócua a restrição da temática escolar ao campo dos debates pedagógicos, como se

os desafios e obstáculos que se materializam intramuros fossem fenômenos desvinculados do contexto social amplo. Na busca de compreensão das novas demandas e dos novos anseios é que podemos entender os conflitos e desafios enfrentados pela escola na atualidade e argumentar no sentido de que ela precisa transformar seu trabalho numa perspectiva mais comunitária e dialógica.

O atual contexto social e cultural que vivemos desde as últimas décadas do século XX, caracterizado pela reorganização da produção em diferentes territórios e em forma de redes, tendo as novas tecnologias da comunicação e da informação como centro organizativo, tem gerado intensa migração de pessoas pelos territórios e feito, ao mesmo tempo, surgir e ressurgir conflitos e confrontos entre grupos em seus próprios territórios. Ao mesmo tempo, sujeitos e grupos não aceitam mais se submeter a uma ordem formal, preestabelecida, sobre a qual não possam opinar e interferir. Globalismo, sociedade da informação, transculturalismo, multiculturalismo e giro dialógico são elementos do contexto social e cultural na atualidade. Tais elementos são percebidos e sentidos por nós, por diferentes canais, e estão na base das alterações da escola.

Globalização. Crise. Diversidade. Palavras com as quais temos nos encontrado diariamente nos meios de comunicação. São notícias sobre a economia nacional e mundial, sobre as crescentes taxas de desemprego, sobre negociações do governo nacional com instituições internacionais e governos estrangeiros, juntamente com a divulgação de reivindicações de diferentes setores. Informam-nos dos avanços impressionantes das tecnologias, da medicina, da genética, da estética, proporcionados pela ciência. Aparecem as denúncias de falência dos sistemas de saúde (público e particular) e das condições desumanas de trabalho no campo e na cidade, pobreza, desigualdade, violência.

Entre um programa e outro, produtos de toda a natureza são anunciados, na televisão e no rádio, numa diversificação de possibilidades de consumo. Os produtos aparecem também nos noticiários: novos modelos de carros, roupas e sapatos, bebidas e comidas, telefones celulares, aparelhos de som de diferentes tamanhos, casas em condomínio fechado, serviços de segurança, viagens, cursos, tudo incrementando a produção e os serviços e, quem sabe, a possibilidade de trabalho.

Ao mesmo tempo, imagens de outros modos de viver, bastante diferentes dos nossos, se seguem e se repetem na televisão e na internet; tam-

bém de pessoas, muitas, que tentam entrar em países onde a vida parece estar melhor, ou sair de onde ela parece estar mais difícil. Discussões sobre poluição, controle de tecnologia nuclear, preservação do planeta e dos elementos ambientais (água, por exemplo); conflitos locais, guerras, terrorismo. Todos são temas de programas de debate e de informação e de filmes e novelas. Informação, propaganda e fabulação fazem parte de nossa vida em uma escala nunca antes vista.

No dia a dia, “vida real”, reconhecemos, nas experiências pessoais, pelo menos parte do que se nos apresenta nos meios de comunicação. Convivemos com familiares, colegas, vizinhos e vizinhas, e amigos e amigas que têm emprego, que estão procurando por um, que buscam por um há bastante tempo; que vieram de outro lugar ou que vão partir em busca de melhores condições de vida; que estão estudando ou voltaram a estudar para conseguir ingressar no, ou voltar ao, mercado de trabalho; que estão desempregados, que criaram alternativas e mudaram de ramo, ou que ainda não trabalham e não sabem como será seu futuro.

Se adultas, são pessoas casadas, separadas, solteiras que pretendem se casar, ou não, com ou sem filhos e filhas, compartilhando a casa ou não (o que é mais raro) com outras pessoas; estudando ou não; pessoas que se espantam com as mudanças – porque há algumas décadas nos sentíamos e vivíamos de outra maneira.

Se jovens e crianças, são pessoas que querem seu lugar, querem decidir, já têm existência e reclamam quando as tratamos como puro devir; que vivem infância e juventude, e que possivelmente viverão a vida adulta num mundo de incertezas, universo cheio de perigos e de possibilidades; já não obedecem aos adultos (pais, mães e outros familiares, professoras e professores, etc.) como nós o fazíamos – é o que pensamos ou dizemos a eles e elas, mesmo quando em nossa história pessoal não foi bem assim. Se crianças, estão quase todas na escola; se jovens, podem nela estar ou não, porque nela não chegaram ou porque nela não ficaram.

Neste panorama, quanto mais velhos, ou velhas, mais histórias de contrastes temos a contar: havia mais indústrias e mais empregos; uma pessoa entrava num trabalho e geralmente se aposentava no mesmo lugar; quem tinha oportunidade de estudar até o nível técnico ou superior era respeitado no seu conhecimento – até porque a produção de conhecimento não era tão intensa e, portanto, a formação inicial quase que bastava para

uma vida profissional inteira –, quem foi alijado da escolaridade poderia encontrar trabalho em várias atividades. E, (com todos os sentidos que essa palavra carrega) normalmente, era o homem quem tinha trabalho remunerado e fora de casa, e a mulher era quem cuidava dos filhos e da casa. Ou seja, os lugares eram mais estabelecidos, portanto, ofereciam mais condições de nos sentirmos estáveis, seguros...

Nessa história, porém, nos esquecemos que as condições e escolhas não estavam postas para todos e todas: muitos dos movimentos sociais e vozes que vemos e ouvimos hoje – porque estamos num sistema mais democrático e porque os meios de comunicação oficiais ou alternativos os difundem – entoam reivindicações históricas para superação de injustiças e desigualdades antigas (racismo; direito à terra; violência contra mulheres, jovens e crianças; violência no campo, etc.).

No novo contexto, a escola sente essas transformações e é desafiada a recriar-se e criar para superar o discurso nostálgico que valoriza a maneira como ela já foi (hierarquizada, indiscutível em sua autoridade, inquestionável em seu movimento homogeneizante). O discurso nostálgico nos leva ao imobilismo ou à impossibilidade e, por isso, é preciso buscar alternativas, é possível fazer uma escola diferente: iniciativas coletivas e de coletivização, no Brasil e em outros países, têm demonstrado que a criação é possível.

Essas são questões com as quais nos deparamos cada vez que apresentamos a proposta de transformação de escolas em Comunidades de Aprendizagem aos profissionais das escolas e aos familiares das crianças e jovens, aos estudantes de Educação de Jovens e Adultos. Conforme iniciamos o diálogo com eles e elas, depoimentos sobre as desigualdades, os processos de exclusão e desrespeito e a necessidade de escolaridade com qualidade surgem com bastante força. Revela-se, nas palavras das pessoas que se reúnem nas escolas para conhecer a proposta, a compreensão do contexto atual e do papel da escola neste contexto.

No presente capítulo, dedicamo-nos a apresentar elementos do atual contexto, a partir dos quais a proposta de Comunidades de Aprendizagem se justifica. Tais elementos estão organizados em três itens: o primeiro é dedicado aos elementos mais vinculados ao universo social; o segundo, aos elementos do universo cultural; e o terceiro, ao giro dialógico que tem permeado as relações e instituições neste novo panorama.

## 1.1 GLOBALISMO: GLOBALIZAÇÃO E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Por contexto atual entende-se aqui o momento em que vivemos desde as últimas décadas do século XX, período em que enfrentamos transformações nas relações internas e externas nos e entre os diferentes países quanto ao trabalho e às relações de comércio, bem como nas ações de instituições e dos sujeitos no mundo da vida. Também é nesse momento que o multiculturalismo tem sido intensificado, evidenciando a necessidade de serem feitos acordos que garantam direitos sociais a todas as pessoas, incluindo-se, como diz Flecha,<sup>19</sup> o igual direito de ser diferente.

Tal contexto vem sendo gestado desde a Guerra Fria, conforme indica Ianni.<sup>20</sup> Porém, foi com o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação e da informação, e sua crescente incorporação às formas de produção e aos meios de vida, que tais características se desenvolveram. A queda do muro de Berlim foi o evento político que favoreceu o estabelecimento das mudanças, encerrando a polarização entre capitalismo e socialismo e propiciando que o capitalismo, como modo de produção, comércio e modo de vida, se aprofundasse intensiva e extensivamente. O antigo bloco socialista transformou-se, a partir daquele momento, num amplo campo produtivo e mercado de consumo; passou a disponibilizar, imediatamente, mão de obra qualificada em grande quantidade para as novas exigências.

Considerando que, além da globalização da economia, outras mudanças ocorreram, Ianni<sup>21</sup> denomina o atual contexto de a era do globalismo. Para ele, o globalismo é uma configuração histórico-social abrangente. Enquanto tal, indica o autor, convive com as mais diversas formas sociais de vida e de trabalho, mas também assinala condições e possibilidades, impasses e perspectivas, dilemas e horizontes. Nele, cabem as ideologias neoliberal, socialista, social-democrata, nazista; assim, o *globalismo* não seria definido pelo neoliberalismo, mas estaria impregnado de tendências ideológicas, num contexto de complexificação econômica, política, social, cultural, geistórica. Carregaria dilemas e tensões que compõem as faces de uma mesma moeda: produtividade, desemprego estrutural, hegemônico-plural, integração-fragmentação, global-local, singularismo-universalismo.

Segundo Ianni,<sup>22</sup> as mudanças econômicas e produtivas, na era do globalismo, têm base em meios materiais, em objetos que cada vez mais se

tecnificam e possibilitam a configuração e a expansão das novas formas de produção, de comércio, de relações com o mercado de mão de obra. O desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação tornou possível a transmissão de informações e a comunicação em tempo real, concretizando a organização do trabalho de maneira transnacional e em rede, havendo compressão espaço/tempo nas decisões, tanto no espaço privado como no público.

A nova divisão transnacional do trabalho envolve a redistribuição das empresas, corporações e conglomerados por todo o mundo. Ao mesmo tempo, forma-se uma cadeia mundial de cidades globais, “(...) que passam a exercer papéis cruciais na generalização das forças produtivas e relações de produção em moldes capitalistas, bem como na polarização de estruturas globais de poder”.<sup>23</sup>

Internamente, a reestruturação das empresas, em conformidade com as exigências da produtividade, busca agilidade e capacidade de inovação traduzidas na flexibilização dos processos de trabalho e produção, combinando-se “(...) trabalhadores de distintas categorias e especialidades, de modo a formar-se o trabalhador coletivo desterritorializado”.<sup>24</sup>

A vida e o trabalho no mundo rural também foram e estão sendo fortemente alterados na era do globalismo, num processo de crescente urbanização e industrialização, provocando o crescimento de migrações de indivíduos, famílias e grupos para os centros urbanos, próximos e distantes, nacionais e estrangeiros. Nesse sentido, estar-se-ia processando a dissolução do mundo rural. Segundo o autor, o que basicamente configura o trabalho no globalismo é o surgimento de novas formas e novos significados para ele.

O trabalho passou a estar submetido aos movimentos do capital em todo o mundo, incluindo as decisões governamentais e as das empresas, sejam elas nacionais ou internacionais – os parâmetros internacionais de qualidade dos produtos (as ISO), por exemplo, guiam e restringem as decisões internas das empresas, incluindo perfil de contratação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Uma empresa pode decidir-se a mudar para uma região que lhe ofereça maiores vantagens tributárias, mão de obra mais barata, parque de produção tecnológica disponível a baixo custo. Também pode dispersar sua produção em diferentes espaços (por exemplo, indústria automobilis-

tica). Pode, ainda, deixar de produzir partes necessárias ao produto final e estimular a criação de pequenas empresas, por seus ex-funcionários, que lhes abastecerão numa cadeia produtiva; assim, a terceirização da produção e de serviços passa a ser uma forte característica enquanto nova forma de vinculação ao trabalho.

Maior intelectualização das atividades é outra característica do trabalho no globalismo. Ianni<sup>25</sup> explica que, na automação, a passagem da máquina-ferramenta ao sistema de máquinas autorreguladas contraria uma tendência que a literatura sociológica vinha indicando, ou seja, de que o trabalho humano se tornaria dispensável ou periférico com a evolução das tecnologias. Ele afirma que, ao contrário, a atividade humana se tornou fundamental e mais intelectual.

As duas características anteriores dão base para a composição da terceira característica do trabalho no globalismo: a flexibilização dos processos. O autor descreve a flexibilização como potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho, com uma “(...) racionalidade mais intensa, geral e pluralizada da organização toyotista<sup>26</sup> ou flexível do trabalho e da produção”.<sup>27</sup> Um mesmo trabalhador, ou uma mesma trabalhadora, tem de ter formação e disponibilidade para compor grupos de trabalho menos hierárquicos, que elaborem soluções para problemas inesperados; trabalhador e trabalhadora têm de ser capazes de desenvolver várias atividades, sendo multifuncionais.

A flexibilização também se manifesta na acumulação do capital. Surgem setores da produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados. O centro da flexibilização está nas taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Houve a intensificação do setor de serviços, que se diversificou e aumentou a oferta de postos de trabalho, absorvendo parte da mão de obra que antes se concentrava na indústria – neste quadro, destacam-se a educação e o turismo como terrenos de serviços e empregos.

Com a mobilidade de empresas e indústrias para regiões pobres, em busca de mão de obra mais barata e de outros benefícios, assiste-se à movimentação dos trabalhadores por territórios, condicionada pela movimentação do trabalho, criando o que Ianni chama de “reservatório mundial da força de trabalho potencial”.<sup>28</sup>

Em suma, neste panorama, trabalhador e trabalhadora tornam-se polivalentes; tecnifica-se a força de trabalho, potenciando-a por meio de mobilidade horizontal e vertical. Há, assim, um rearranjo interno e externo da classe operária e impacto em suas formas de organização. Segundo Ianni, desemprego cíclico e estrutural, crescimento de contingentes situados em subclasses, discriminação de todo tipo, migrações, ressurgências e pauperização caracterizam a questão social do trabalho no globalismo.

Recorrendo a autores que analisam as transformações no trabalho, tomando como fator-chave o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação, outros elementos se tornam visíveis. São autores e autoras que consideram que o acesso, a seleção e o uso adequado da informação são os elementos centrais das mudanças ocorridas e, por isso, caracterizam o novo momento como Sociedade da Informação.

Para Castells,<sup>29</sup> o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informações, mas a aplicação desses conhecimentos e dessas informações para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento e comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a informação e seu uso.

O termo *informacionalismo* é utilizado por Castells para apresentar elementos da realidade histórica que estão associados ao novo paradigma organizacional atual. Afirma tratar-se de redes de empresas sob diferentes formas, em diferentes contextos e a partir de expressões culturais diversas. São redes familiares, redes de empresários, redes organizacionais de unidades empresariais, redes internacionais resultantes de alianças entre empresas, etc. São também ferramentas tecnológicas: novas redes de telecomunicações, novos e poderosos computadores, novos *softwares* adaptáveis e autoevolutivos, novos dispositivos móveis de comunicação que estendem as conexões *on-line* para qualquer espaço e a qualquer hora, e novos trabalhadores e gerentes conectados entre si, em torno de tarefas e desempenho, capazes de falar a mesma língua: a língua digital.

O autor acrescenta, ao panorama traçado, a existência de uma concorrência global que força redefinições constantes de produtos, processos, mercados e insumos econômicos, inclusive capital e informacional. Há o fortalecimento da presença do Estado, que pode assumir o papel de desenvolvimentista, agente de incorporação, ou mesmo mensageiro, quando di-

reciona uma economia nacional, ou a ordem econômica mundial, para um novo curso histórico planejado a partir da tecnologia.

Para Castells,<sup>30</sup> todos esses elementos são ingredientes do novo paradigma desenvolvimentista, mas há dois aspectos importantes a se considerar para compreendê-lo: ainda lhe falta o elo cultural para reunir os elementos, e, embora o capitalismo tenha assumido novas formas, com profundas modificações com relação à era industrial, esta ainda continua sendo a forma econômica predominante no atual contexto. Assim, tanto o espírito empresarial de acumulação quanto o apelo pelo consumismo é que continuam impulsionando as formas organizacionais e interacionais na Sociedade da Informação.

O autor indica, como elemento distintivo do atual contexto, o fato de, pela primeira vez na história, a unidade básica de organização econômica não ser um sujeito individual, como um empresário ou uma família, nem um coletivo, como a classe capitalista, a empresa ou o Estado. A unidade, em sua análise, é a *rede*, formada por vários sujeitos e organizações que se modificam continuamente, conforme tais redes se adaptam aos ambientes de apoio e às estruturas de mercado.

Flecha, Gómez & Puigvert,<sup>31</sup> ao tratarem do panorama traçado por Castells,<sup>32</sup> indicam que, nas duas primeiras décadas de desenvolvimento da sociedade da informação, as de 1970 e 1980, ter-se-ia configurado uma dualização social, assistindo-se tanto ao crescimento de algumas desigualdades já existentes na sociedade industrial quanto à geração de outras – a da divisão digital é exemplo dado pelo próprio Castells em outra obra.<sup>33</sup>

Nesta dualização social, a ação das grandes corporações de informática e a pressão de países excluídos e movimentos sociais deram origem, segundo Flecha, Gómez & Puigvert,<sup>34</sup> a uma nova fase da Sociedade da Informação como tendência: a da Sociedade da Informação para todos. Tal momento passou a se caracterizar pela mobilização de setores da sociedade civil por democratização do acesso à rede e desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que permitam a seleção e a utilização das informações de maneira crítica. Desta forma, a escolaridade tomou seu lugar central no atual contexto, já que é necessidade fundamental enquanto lugar efetivo de aprendizagem de leitura e escrita, matemática e informática, instrumentos que possibilitam acesso a outros conhecimentos e ferramentas.

No caso do Brasil, Mello & Bento,<sup>35</sup> ao estudarem o discurso acadêmico e governamental brasileiro a respeito da Sociedade da Informação, verificaram que, desde o final dos anos 1980, os governos que se sucederam adotaram o discurso sobre a necessidade de inserção do país na Sociedade da Informação (SI). Na década de 1990 foram efetivadas várias ações para garantir que o Brasil tivesse condições de sobrevivência nessa sociedade, culminando, em 2000, com a publicação do *Livro Verde da Sociedade da Informação*,<sup>36</sup> que trouxe metas para o país em diferentes áreas. E foi assim que, desde 2000, várias ações vêm sendo desenvolvidas pelos diferentes governos na direção das metas assumidas no Programa.

Quanto à literatura acadêmica, a autora e o autor apontam que as áreas vinculadas a produção industrial, tecnológica e de conhecimentos estratégicos têm assumido o discurso da Sociedade da Informação como algo já estabelecido no país. Nas Ciências Humanas, a Ciência da Informação e a Biblioteconomia têm tomado a existência da Sociedade da Informação como algo positivo e a ser explorado como momento de democratização dos conhecimentos. Na Sociologia e na Educação, o discurso se divide entre denúncia da Sociedade da Informação como farsa criada para aumentar a exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores e o anúncio de possibilidade de explorar as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação como instrumentos de democratização da sociedade e de seus bens.

Ao ouvirem os diferentes posicionamentos, familiares e professorado das escolas, por onde temos passado apresentando a proposta de transformação das escolas em Comunidades de Aprendizagem, lembram-se dos casos que têm vivido e visto e que, de qualquer maneira, levam-nos a afirmar a necessidade de acesso à escolaridade de alta qualidade e aprendizagem do uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação para eles próprios e para seus filhos e filhas. Têm sofrido cotidianamente processos de marginalização social e de desqualificação nas relações, ao buscarem empregos, ou ao estarem em espaços urbanos onde a escrita está presente e as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação são intermediárias em ações cotidianas (por exemplo, caixas eletrônicos, pagamentos de contas, acesso a processos judiciais, etc.).

Em suma, os elementos de contexto apresentados neste primeiro item do capítulo remetem ao papel central que atualmente assume a escola, como difusora de instrumentos intelectuais básicos, para que indivíduos e

seus grupos estejam protegidos socialmente, tanto no âmbito do trabalho como no exercício dos demais direitos que a sociedade lhes deve (saúde, moradia, atendimento judicial, educação).

Assim, a aprendizagem de leitura e de escrita – com alto grau de domínio da técnica –, a aprendizagem da matemática – como linguagem e como ferramenta de compreensão e de representação da realidade –, a aprendizagem de outros idiomas e de outras linguagens e o manejo de tecnologias da comunicação e da informação passam a serem fundamentais nos processos de acesso, seleção e uso das informações e conhecimentos no universo de fontes e informações que a cada dia se ampliam. Porém, tal uso deve ser crítico e autônomo, em vista da quantidade de enganos e equívocos que essas mesmas fontes podem divulgar. Dessa maneira, na escola, o acesso, a seleção e o uso das informações e fontes do atual contexto devem ser analisados de maneira dialógica.

Para além da formação das crianças e jovens, seus familiares também necessitam se fortalecer diante do novo contexto, o que promoveria a possibilidade de seu desenvolvimento pessoal e, por conseguinte, imediatamente de seus descendentes. A formação e o fortalecimento de redes de conhecimento e de interações podem ser tomados pela escola para garantia de aprendizagem de máxima qualidade dos conteúdos e instrumentos necessários no atual contexto. É nessa direção que a escola pode se transformar, quando consideramos os elementos sociais do novo contexto e as demandas que eles trazem à vida dos sujeitos e grupos.

Passamos, a seguir, aos elementos culturais do novo contexto, que também trazem novas demandas e novos anseios aos sujeitos que se encontram nas escolas e em seu entorno.

## 1.2 GLOBALISMO: TRANSCULTURALISMO E MULTICULTURALISMO

No contexto do globalismo e da sociedade da informação, para além das implicações sociais, as implicações culturais e de convívio compõem aspectos do panorama atual que também precisam ser considerados. Trata-se do segundo item argumentativo que apresentamos: sobre a necessidade de transformar as escolas em Comunidades de Aprendizagem.

As migrações transnacionais que vêm ocorrendo desde as últimas décadas do século XX envolvem, além dos movimentos de força de trabalho no mercado mundial, tensões e lutas entre nações e nacionalidades, religiões e línguas. Também expõem crises de regimes políticos e declínio ou fortalecimento de estados nacionais. Como afirma Ianni,<sup>37</sup> no globalismo está em processo uma urbanização do mundo, o desenvolvimento de um sistema produtivo disperso pelos continentes e a dissolução do mundo rural. Neste contexto, as migrações transnacionais provocam reações fortes e agressivas nos países ricos e dominantes contra trabalhadores provenientes dos países mais pobres. E acrescentamos há, também, nos países mais pobres, como é o nosso, reações aos imigrantes de países ainda mais pobres, acompanhando as imagens hierárquicas e as disputas fabuladas e alimentadas pela mídia.

As proporções das migrações transnacionais, no globalismo, são grandes, já que todas as suas características produtivas e econômicas geram extensos contingentes de desempregados. Assim, um elemento básico das migrações transnacionais é a superpopulação. Coloca-se aqui a discussão sobre a diversidade no contexto atual, que toma dimensões distintas do que estava posto – quando as relações e identidades estavam mais calcadas na ideia de nação, de identidade nacional. O autor nos ajuda a entender a situação:

A mesma mundialização da questão social induz uns e outros a perceberem as dimensões propriamente globais da sua existência, das suas possibilidades de consciência. Juntamente com o que é local, nacional, e regional, revela-se o que é mundial. Os indivíduos, grupos, classes, movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opinião pública são desafiados a descobrir as dimensões globais dos seus modos de ser, agir, pensar, sentir e imaginar. Todos são levados a perceber algo além do horizonte visível, a captar configurações e movimentos da máquina do mundo.<sup>38</sup>

No globalismo, intensifica-se, assim, a transculturação. No contato, criam-se tensões, conflitos, lutas, mutilações culturais, mas também novos contextos socioculturais, possibilidades de produção material e espiritual. A transculturação gera processos de diferenciação, reafirmação

de identidades, recuperação de tradições, invenção de identidades. Na intensificação de intercâmbios sociais, culturais, políticos e econômicos, há manifestações de autodefesa, refúgio, isolamento, fuga. Ressurge com força o debate sobre identidade e alteridade. Assume-se a diversidade como característica importante da atual realidade. Neste quadro, Ianni chama a atenção para um novo momento das migrações:

Além dos que migram pela primeira vez, realizando uma experiência difícil, traumática e reveladora, há os migrantes descendentes de migrantes. São indivíduos, famílias ou coletividades que já possuem alguma ideia de movimento, do significado das fronteiras, das possibilidades da transculturação. Assim se diversificam e multiplicam as experiências e as vivências, as surpresas e os horizontes. Tudo o que parecia “natural”, único, indiscutível ou definitivo logo se revela relativo, discutível, problemático; ou revela-se o momento em que se abre a pluralidade de perspectivas para uns e outros.<sup>39</sup>

Neste novo panorama migratório, o autor considera que a questão do reconhecimento da diversidade remete à busca da compreensão do que é o universal, já que se toma consciência de que vivemos num mesmo planeta, como realidade social, econômica, política e cultural: “o planeta Terra torna-se o território da humanidade”.<sup>40</sup>

A questão ambiental aparece como central neste tipo de consciência da Terra como território da humanidade. Já não se pode negar, mesmo que setores menosprezem muitas vezes as implicações de suas decisões e ações, que a produção, o consumo e os modos de vida podem exaurir a vida no planeta.

Essa situação, afirma Ianni, reaviva ideais humanísticos e o encontro com novos desafios teóricos:

O planeta Terra está tecido por muitas malhas, visíveis e invisíveis, consistentes e esgarçadas, regionais e universais. São principalmente sociais, econômicas, políticas e culturais, tornando-se às vezes ecológicas, demográficas, étnicas, religiosas, linguísticas. A própria

cultura encontra outros horizontes de universalização, ao mesmo tempo que se recria em suas singularidades. O que era local pode tornar-se também mundial. O que era antigo pode revelar-se novo, renovado, moderno, contemporâneo. Formas de vida e trabalho, imaginários e visões do mundo diferentes, às vezes radicalmente diversos, encontram-se, tensionam-se, subordinam-se, recriam-se.<sup>41</sup>

Pode-se dizer que o local, em contraposição ao global, seria o “porto seguro” que nos tira a vertigem, a sensação de estar flutuando e, por isso, nos daria a dimensão da importância de nos localizarmos e identificarmos. O local e o global seriam, assim, no atual contexto, faces da mesma moeda.

Há aqui que se considerar, na relação com o movimento global-local, que constitui a invisibilidade-visibilidade da existência humana no globalismo a questão da diversidade humana, das diferentes maneiras de ser e de viver, num mundo onde há grande movimentação de indivíduos e grupos. Se o localismo é elemento importante para a vida na atual sociedade, há de ser considerado sob outra perspectiva, para, na busca de autoproteção identitária, não se gerar discriminação, preconceito e todo o tipo de violência que decorram desse processo. É preciso considerar que a sociedade global é plural, caleidoscópica, múltipla. Também é necessário ter-se em conta que “(...) a mesma fábrica das diversidades fabrica desigualdades”.<sup>42</sup> Há relações desiguais, forças desiguais, ações desiguais.

Frente a esse panorama, com Ianni e Habermas, vemos a necessidade de elaboração de um novo universalismo. Habermas é a base de Ianni ao discutir esta perspectiva e vale aqui ser recuperado na fonte:

Mas o que significa universalismo? Que se relativiza a própria forma de existência, atendendo-se às pretensões legítimas das demais formas de vida; que se reconheçam iguais direitos dos outros, aos estranhos, com todas as suas idiossincrasias e tudo o que neles resulta difícil entender; que cada um não exclui e condena tudo que se desvie dela; que os âmbitos da tolerância têm que se

tornarem infinitamente maiores do que são hoje. Tudo isto é o que significa universalismo moral.<sup>43</sup>

Frente ao multiculturalismo intensificado, enquanto convívio de diferentes em um mesmo território,<sup>44</sup> e que Ianni<sup>45</sup> denomina de transculturalismo, o segundo autor indica que a racialização das relações se reapresenta como uma das complexas relações de força no globalismo.

Os problemas raciais, segundo Ianni,<sup>46</sup> foram elementos presentes nas guerras, revoluções, lutas pela descolonização, migrações, movimentos do mercado de força de trabalho, peregrinações religiosas e incursões turísticas no século XX. Nas últimas décadas do século, tais problemas assumiram contornos e significados distintos quando postos sob uma perspectiva mundial. Para ele, as migrações transnacionais, intensificadas e generalizadas a partir desse período, configuram a problemática racial de outra maneira.

Nesse processo, ao lado dos preconceitos de classe, casta e gênero emergem e reaparecem os preconceitos raciais, formas históricas de classificar indivíduos e coletividades, para circunscrever suas possibilidades, ação no mundo e direitos. E porque é importante destacar, nas reflexões sobre diversidade, e no caso do Brasil não é diferente, a questão do racismo. Ianni nos ajuda a argumentar:

Na medida em que se inserem na trama das relações sociais, as semelhanças, diferenças, polarizações e antagonismos raciais adquirem a conotação de técnicas sociais. Entram no jogo das forças sociais, propiciando codificações ou cristalizações não só de diversidades, mas de hierarquias e desigualdades.<sup>47</sup>

No caso do Brasil, podemos pensar que tanto as nações indígenas como os africanos que foram trazidos ao país em situação de escravidão, na origem das relações, não viveram o contato com outras culturas por processo de imigração (em busca de melhores condições de vida), e nem em pé de igualdade (a cultura dominante era a branca europeia, a ser aprendida como “a cultura”). No decorrer da história do encontro, tais culturas foram vistas e tratadas pelas dominantes (europeia de diferentes países, depois do

processo migratório) de maneira estereotipada e controlada, não estando ainda em situação de igualdade.<sup>48</sup> Sua sobrevivência se deve ao intenso movimento de resistência de seus membros no decorrer dos séculos.

Hoje, os movimentos de afirmação e preservação das culturas fazem parte do movimento de resistência, com um elemento a ser reconhecido, respeitado e apreciado: a luta pelo estabelecimento de relação igualitária entre culturas, retirando das interações controles e estereótipos. No caso da escola, o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira<sup>49</sup> é exemplo – e, neste processo, ter apoio e material produzidos pelo movimento negro é fundamental, pois é ter acesso ao conhecimento em sua fonte, ou seja, com os herdeiros e sujeitos coletivos dessa história e dessas culturas. Hoje, entre todos, resgatando e afirmando histórias e culturas, poderemos melhor nos conhecer e reconhecer, num processo de escolha e construção de identidades pessoais e coletivas, com respeito e igualdade.

Neste processo, temos dois desafios a enfrentar permanentemente: o primeiro diz respeito à diversidade e às desigualdades históricas que temos vivido e construído no Brasil e, o segundo, posto pelas novas migrações: no contexto do globalismo, grupos se movimentam internamente para zona urbana e grandes centros e o Brasil tem recebido pessoas originárias de várias nacionalidades (da mesma forma, brasileiros e brasileiras têm se movimentado intensamente para outros países).<sup>50</sup>

O Brasil multicultural é realidade histórica e em permanente movimento. Assim, falar sobre o respeito à diversidade cultural e multiculturalismo como valor positivo, superando o âmbito da retórica e assumindo o âmbito da vida, implica tomar posição, fazer escolhas, atuar para a transformação das desigualdades que se escondem por trás da diversidade. O desafio é garantir igualdade efetiva de direitos aos diversos grupos e pessoas.

Ao se abordar a diversidade cultural é, então, fundamental explicitar que ela é composta de povos e raças e seus encontros, de nacionalidades, regionalismos, localismos; grupos e pessoas que chegaram e continuam chegando, antes ou depois, no Brasil, como estado-nação.

No percurso de constituição do estado-nação, segundo Ianni,<sup>51</sup> intelectuais brasileiros, ao tentarem compreender o Brasil moderno, criaram visões sobre o país que mantemos até hoje e que estão presentes em nossas formas de vê-lo e explicá-lo. Dentre elas, destacamos aqui três, que especialmente geram imobilismos e, por isso, precisam ser superadas: a visão de que

a sociedade civil é débil e precisa ser tutorada (Oliveira Viana); a ideia de que somos uma democracia racial (Gilberto Freire); a ideia de desenvolvimento vinculado apenas ao aspecto econômico (Roberto Simonsen).<sup>52</sup>

Na mesma linha, Ianni alerta para o fato de:

Uma parte do pensamento social brasileiro – que funda políticas do poder público e de setores dominantes – implica a criminalização de grupos e classes sociais subalternos. Há conjunturas em que amplos segmentos da sociedade civil são criminalizados em linguagem conspícua, que se apresenta como se fora científica.<sup>53</sup>

Ao nos posicionarmos a favor da igualdade de direitos e de cidadania plena em nosso país, temos de compreender que indígenas, negros e asiáticos têm tido historicamente menos acesso a esses direitos e às suas garantias. Tal situação é desafio a todas e todos; é problema de todos e de todas nós no processo de construção de um país democrático e livre.

É preciso aqui ressaltar que são muitos os preconceitos e discriminações que hoje podemos sofrer por sermos diferentes em algo em nossa aparência, ou em nosso modo de ser; mas os preconceitos e discriminações raciais, e, no nosso caso, fortemente dirigidos a negros e indígenas, são históricos e grupais e estão na base da construção da sociedade brasileira desigual e injusta. Sem descuidar do respeito a todas as diferenças, não podemos menosprezar a importância de enfrentar o racismo – a busca na direção de vivermos, todas e todos, em uma sociedade melhor.

Como o resto do mundo, temos também de cuidar da garantia de direitos e de acolhimento aos que chegam, de outras regiões ou países, em busca de melhores condições de vida nessa sociedade global. Embora tenhamos problemas históricos, não podemos menosprezar as discriminações, preconceitos e crueldades que têm ocorrido em nosso território nacional com pessoas nessa situação. É preciso construir em nosso território esse acolhimento e lutar por ele em todos os territórios.

Se quisermos construir um globalismo desde a base, autoproteção e direito são princípios que não podem ser contrapostos. Põe-se, aqui, a questão da cidadania mundial de que falam Habermas, Ianni e tantos outros teóricos que têm buscado elaborar análises e teorias que nos ajudem a construir

um mundo melhor. E nesse sentido, não poderíamos deixar de citar Freire,<sup>54</sup> ao defender a necessidade de unidade na diversidade para a construção de um mundo mais bonito.

Enfim, a transculturação e o multiculturalismo são realidade e desafio no atual contexto. Por isso, é importante transformar o contato, entre diferentes grupos e pessoas, em convívio, para construirmos conjuntamente possibilidades de igualdade, aprendizagem mútua. Precisamos nos educar na diversidade para a igualdade.

No caso da escola, ela é o espaço de contato entre diferentes pessoas e grupos, com uma peculiaridade que intensifica possibilidades e conflitos postos na sociedade multicultural: é apenas nela que, em nossa sociedade, dá-se o encontro permanente entre muitas pessoas, diversas pessoas, um dia após outro, ao longo de anos, em torno de objetivos – pelo menos declarados – de constituição de vida melhor para todos. Assim, nela, temos de estabelecer acordos mínimos de convívio formativo, educativo.<sup>55</sup> Isto evidencia o lugar central da escola na construção de uma sociedade em que a diversidade seja valor positivo. Também evidencia a necessidade de atuação dos profissionais da educação, em colaboração com familiares e comunidade de entorno, para a construção de uma escola para todos e de desenvolvimento local. Diálogo e comunicação, assim, são fundamentais. Considerando-se toda a diversidade presente na escola hoje, tomá-la como fonte de conhecimento e de riqueza é um dos princípios de Comunidades de Aprendizagem. A presença de familiares e de membros da comunidade de entorno no cotidiano da escola põe-se, em Comunidades de Aprendizagem, como rede de diversificação e de intensificação de interações para a construção de relações respeitadas e proveitosas para todos.

### 1.3 SOCIEDADES MAIS DIALÓGICAS: NECESSIDADE DE TEORIAS MAIS DIALÓGICAS PARA RADICALIZAR O DIÁLOGO E A DEMOCRACIA NAS RELAÇÕES E INTERAÇÕES

Junto com as mudanças ocorridas na sociedade e na cultura, no contexto do globalismo e da sociedade da informação, há, ainda, outra característica que vem marcando instituições e relações, tanto no âmbito social como no cultural.

A crise das autoridades tradicionais, o crescimento de riscos e opções, a individualização social, a diversidade de opções de vida e a democratização dos sistemas vêm ocorrendo no atual contexto, seja no âmbito familiar ou no de outras esferas sociais. Autores e autoras das ciências sociais indicam, por isso, a ocorrência, nas últimas décadas, de um giro dialógico nas relações e instituições.

Aubert et al.<sup>56</sup> argumentam que desde o âmbito mais imediato dos sujeitos, a vida familiar, até às relações mais amplas, o que temos vivido na atualidade é reflexo de um giro dialógico implementado na sociedade. Mencionam como exemplo que, alguns anos atrás, uma pessoa da família, frequentemente representada pelo pai, chefe de família, concentrava o poder decisório e decidia as práticas da família: hora de comer, o que todos deveriam assistir na televisão, se os demais membros da família poderiam sair ou não de casa. Hoje, tais temas, assim como outros, precisam ser negociados entre os membros da família, e a autoridade do pai ou dos outros adultos não é indiscutível, o que leva a se tomar decisões de maneira mais compartilhada.

Da mesma forma, essas mudanças atingem a escola e, diretamente, a sala de aula. O professor e a professora também não representam mais a autoridade incondicional que representavam há algumas décadas, e as crianças e os jovens, enquanto estudantes, também querem ter poder decisório, não aceitando tudo o que a professora ou o professor lhes diz.

Embora muita gente sinta essas mudanças como algo negativo, esse processo de diálogo, reflexão e decisão faz aumentar o número de opções das pessoas, a partir do que é possível decidir mais livremente sobre que rumos tomar a cada momento, com base em argumentos dos diferentes agentes sociais.

Flecha, Gómez & Puigvert<sup>57</sup> reforçam a ideia de um giro dialógico na sociedade moderna do fim do século XX e do início do século XXI. De acordo com esses autores e autora, as sociedades atuais representam um contexto simbólico no qual o diálogo está penetrando as relações sociais, desde a política internacional até à convivência dentro de casa, e essa mudança tem sido captada pelas ciências sociais a partir de diversas análises sociológicas. Tais autores e autora citam como exemplos a paulatina substituição de governos centrados em uma figura de poder por governos que ampliam os representantes legais; governos que decidiam apenas com base em uma parte da sociedade, e a necessidade de incorporar a perspectiva de

grupos marginalizados nos debates e soluções sociais. No âmbito privado, mencionam como exemplo as mudanças pelas quais vêm passando a ideia de casamento: antes, o que cada membro do casal deveria fazer e como deveria se portar estava fortemente guiado por regras tradicionais; nos dias atuais, é cada vez maior o número de parceiros que dialogam para negociar e renegociar as tarefas que cada qual deve desenvolver. Este é nitidamente um movimento dialógico, afirmam eles.

Outros autores também vêm indicando o giro dialógico ocorrido e a necessidade de realizar negociações e consensos para a viabilidade da própria vida em sociedade. Dentre eles, destacamos aqui Beck e Habermas.

Em sua teoria, Ulrich Beck afirma que muitos movimentos sociais têm demonstrado que a base de sustentação de uma sociedade precisa ser legitimada por aqueles(as) que vivem nessa sociedade diariamente. O que tem acontecido, cada vez com mais frequência, afirma Beck, é uma rebelião dos indivíduos da vida real contra um “sistema” que supostamente os domina. Em suas palavras, “em uma sociedade sem consenso, desprovida de um cerne legitimador, é evidente que até mesmo uma simples rajada de vento, causada pelo grito por liberdade, pode derrubar todo o castelo de cartas do poder”;<sup>58</sup>

Tal teórico afirma que a possibilidade de um consenso que guie as ações de pessoas e grupos na sociedade moderna pode representar a luta por uma nova dimensão do político. Embora ainda prevaleça a ideia de que a consciência e o consenso social se percam nos processos de individualização que imperam em nosso dia a dia, não se pode ignorar as possibilidades de se fabricarem compromissos e obrigações sociais. Como exemplo, ele ressalta a representação do novo consenso geral em relação às questões ecológicas, que vem se concretizando em âmbito internacional, chegando ao âmbito de vida de cada sujeito.

Segundo Beck,<sup>59</sup> esse movimento tem acontecido em toda parte. Percebe-se nele uma demanda constante pela formação de fóruns de cooperação que criem um consenso entre a indústria, a política e o povo. Sua sugestão, nesse sentido, para a construção de uma nova modernidade, é justamente a aposta nas instituições de mediação intersistêmicas, ou seja, comissões de investigação, éticas e de risco que formem sistemas multivalentes, permitindo e possibilitando ambivalências e limites transcendentais.

A partir dessas indicações do autor, é possível visualizar uma proposta de modernidade reflexiva em que todas as pessoas são consideradas igualmente capazes de refletir sobre a realidade e nela atuar, desfazendo a ideia de que as pessoas especialistas sabem o que é melhor para todos e que têm de “esclarecer” os leigos sobre a tomada de decisões.<sup>60</sup>

Porém, Beck<sup>61</sup> não entende essa tentativa como garantia de sucesso, mas como possibilidade de prevenção e maior controle dos riscos a que toda a população está exposta diante da ordem social atual. Para ele, a comunicação entre os diferentes setores e sujeitos sociais é o caminho possível e necessário para a prevenção dos riscos a que todos, uns mais que outros, estamos expostos.

Em consonância com as ideias de Beck, Habermas, em sua teoria da ação comunicativa,<sup>62</sup> enquanto teoria da modernidade, demonstra que os espaços de interação desligados de um contexto normativo têm se ampliado, assim como os espaços de comunicação na esfera da vida privada/familiar e também na esfera da opinião pública.

Porém, se a ação comunicativa vem ganhando força em nosso cotidiano, por outro lado, e ao mesmo tempo, alerta o autor, os imperativos do sistema penetram as esferas do mundo da vida e impõem mecanismos formalmente organizados à sua prática. O desafio que se coloca, portanto, aos sujeitos de nosso tempo é saber lidar com os imperativos sistêmicos que colidem, a todo o momento, com a lógica própria das estruturas comunicativas. Trata-se, em última instância, de fazer com que, por meio dessas estruturas comunicativas, o mundo da vida consiga reorientar o sistema em prol das necessidades humanas.

Flecha, Gómez & Puigvert, a partir do exposto por autores como Beck e Habermas, entendem que a sociologia contemporânea tem justamente a tarefa de descrever as transformações dialógicas e as propostas que contribuam para fomentá-las, ainda que haja, também, teorias que se dediquem a frear o movimento dialógico:

Não é raro escutar serem transformações localizadas numa pequena parte privilegiada do mundo e que, mais que o diálogo, o que há é conflito e desacordo; por trás dessa democracia e diálogo aparentes, o que há é

a imposição dos poderes de sempre; imposições se legitimariam mais e mais com as aparências dialógicas.<sup>63</sup>

Com Flecha, Gómez & Puigvert reconhecemos que há uma distância considerável entre os objetivos dialógicos dos movimentos progressistas e a realidade prática de nosso dia a dia. Mas também consideramos que o esforço feito por diferentes grupos que reivindicam cotidianamente o diálogo (estudantes, mulheres, minorias étnicas, etc.) já movimenta a realidade num sentido mais dialógico, mesmo num ritmo mais lento do que o desejado por aquelas pessoas que lutam para alcançá-lo. Com tais autores e autoras, também compreendemos que é justamente a tensão que faz avançar o diálogo.

A aposta numa realidade baseada no diálogo pode parecer ingênua e bastante utópica, mas, na perspectiva de Comunidades de Aprendizagem, colocamo-nos junto às argumentações de Flecha, Gómez & Puigvert,<sup>64</sup> de Beck<sup>65</sup> e de Habermas,<sup>66</sup> em defesa da comunicação e do diálogo como eixos das relações sociais na atual modernidade. Nossa postura se deve não a uma crença ingênua na perspectiva dialógica, mas a uma crença nas pessoas e na capacidade de cada sujeito de construir e reconstruir as relações nas quais se envolve e as estruturas alimentadas por essas relações.

Em Comunidades de Aprendizagem, a proposta é estender à escola e à sala de aula a possibilidade do diálogo, como orientador das ações dos sujeitos, vislumbrando uma perspectiva de futuro em que valores como a solidariedade, a justiça e a igualdade sejam tidos como valores positivos e mais desejados por todos do que o autoritarismo, o poder indiscutível e a discriminação. Ao contrário do que algumas teorias pós-modernas<sup>67</sup> querem nos fazer acreditar, há uma diferença importante entre uns e outros valores, umas e outras ações, e quanto a isso não pode haver relativismo.

Neste ponto, vale lembrar que a escola está localizada no atual contexto e que é chamada a cumprir seu papel educacional, considerando as demandas de formação em conteúdos e em práticas que reconheçam e valorizem a diversidade. As práticas dialógicas são também nela reclamadas, tanto como forma de superação de suas tradições de relações hierárquicas, inquestionáveis e monoculturais, como para a efetividade de aprendizagem, por todos, com qualidade.

Considerando o apresentado neste capítulo, enquanto contexto atual por nós vivido e no qual as escolas estão inseridas, podemos afirmar que a

transformação das escolas é difícil, mas não é impossível. As limitações que hoje se apresentam não podem significar motivo de negação da possibilidade de construção, desde a base, de alternativas calcadas no diálogo. Tais limitações implicam, sim, a necessidade de constante denúncia do controle e contínua busca de radicalização do diálogo e da democracia nas escolas. Denúncia das injustiças e constrangimentos e anúncio das possibilidades e dos compromissos assumidos. Para tanto, é preciso contar com teorias que nos ajudem a caminhar neste sentido (é ao que nos dedicaremos no próximo capítulo).